

ESTADO DE SÃO PAULO **OPINIÃO**

17 SET 1993

A FGV ajuda, mas não pode fazer muito

Surge mais uma vez a promessa de que as tarifas públicas não subirão mais acima da inflação. Isso a partir de outubro. Ou seja, em agosto e setembro, os reajustes dos preços das tarifas públicas e dos combustíveis — principalmente estes — continuarão tendo aumentos acima dos índices que medem a taxa inflacionária.

O argumento é sempre o mesmo: é preciso recuperar perdas passadas, que, apenas na área da Petrobrás, chegam a ser de 42%. Mas, de onde surgem estes números? De dados fornecidos pela própria empresa, assim como são oficiais os dados sobre os custos de geração e transmissão de energia elétrica divulgados pelas empresas do Estado, sejam elas federais ou estaduais.

O ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, antes foi o presidente da República, Itamar Franco, quer mais transparência, deseja saber realmente se tais custos correspondem à realidade, se não poderiam ser reduzidos, se de fato há necessidade de conti-

nuar-se a dar aumentos acima da inflação.

Os institutos de pesquisas já constataram que os preços dos serviços públicos, administrados, foram os principais responsáveis pelo salto que a inflação deu nos últimos meses. Nesse período, as taxas passaram de 32% para 35%. E podem superar esses níveis em setembro e outubro se o governo continuar agindo generosamente.

A equipe econômica não se conforma, por exemplo, pelo não repasse da queda dos preços do petróleo no mercado internacional, de mais ou menos cinco dólares. E não se conforma também com a impotência em que se encontra para contestar os números relativos aos custos fornecidos pelas estatais.

Por isso, está sendo assinado um contrato com a Fundação Getúlio Vargas, um organismo independente, para que passe a fazer levantamentos próprios, como realiza, há tempos no setor do açúcar.

Ninguém duvida da capacidade

da Fundação Getúlio Vargas, mas há um problema que dificilmente será superado: ela terá de trabalhar com informações fornecidas pelas próprias estatais, pela Petrobrás, pelas empresas de energia elétrica, pelos correios, etc.

Como contestá-los? Mais ainda: mesmo analisando com maior cuidado esses dados, a Fundação Getúlio Vargas apenas poderá registrá-los. Não conseguirá, por exemplo, provar que é um absurdo o setor de energia elétrica empregar 200 mil pessoas! Ou a Petrobrás contar com mais de 50 mil empregados! Vai constatar isso e informar ao Ministério da Economia qual é o peso do item "pessoal" e "custos administrativos" no preço total das tarifas públicas e combustíveis. Nada mais.

Não é apenas por esse caminho que se irá solucionar o problema provocado pelos altos custos das estatais que são automaticamente repassados para os preços, sem qualquer outro tipo de preocupação, e acabam puxando os índices inflacionários. Como toda a econo-

mia está indexada, estes índices espalham-se por todos os setores da economia. É o repasse para toda a atividade econômica da ineficiência das companhias estatais.

Evidentemente, o contrato com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é altamente positivo. Servirá, pelo menos, para apontar os erros e as falhas, os absurdos e os abusos praticados. Mas não os corrigirá com facilidade.

A solução somente virá quando o governo decidir mesmo partir para um programa de privatização intensiva, principalmente do setor de energia elétrica como um todo, derrubando os monopólios e os tabus, aumentando a competição com a entrada de empresas privadas.

Isso já se esboça na área da energia, mas de forma extremamente tímida e encontrando fortíssima reação da tecnoburocracia estatal. Nos demais setores, como telecomunicações e petróleo, falta vencer também o fantasma dos monopólios.